

COLETÂNEA
DE OPERAÇÕES
DOS MINISTÉRIOS
PÚBLICOS NOS
ESTADOS

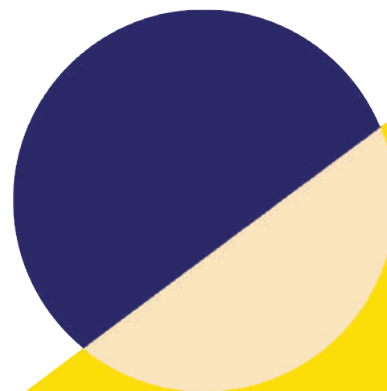




// . SUMÁRIO

Citrus	8
Corcel Negro	10
Beira Mar	12
Fantoche	14
Intocáveis	16
Poeira	18
Eclésia	20
Fim da Linha	22
Tuca	24
Imperador	26
Leite Adulterado	28
Kapnós	30

32	Fantasma
34	Pró-Consumidor
36	Cooperare
38	Cupinzeiro
40	Hipócrates
42	Infiltrados
44	Transporte Escolar Seguro
46	Collaris
48	Esculápio
50	Cangueiros
52	Rêmora
54	Maus Caminhos
56	Zagreu



CORPO DE DIRETORIA

Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti (BA)

Presidente

Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto (RS)

1º Vice-Presidente

Nedens Ulisses Freire Vieira (MG)

2º Vice-Presidente

Elísio Teixeira Neto (DF)

Secretário-Geral

Marcelo Lima de Oliveira (RO)

Tesoureiro

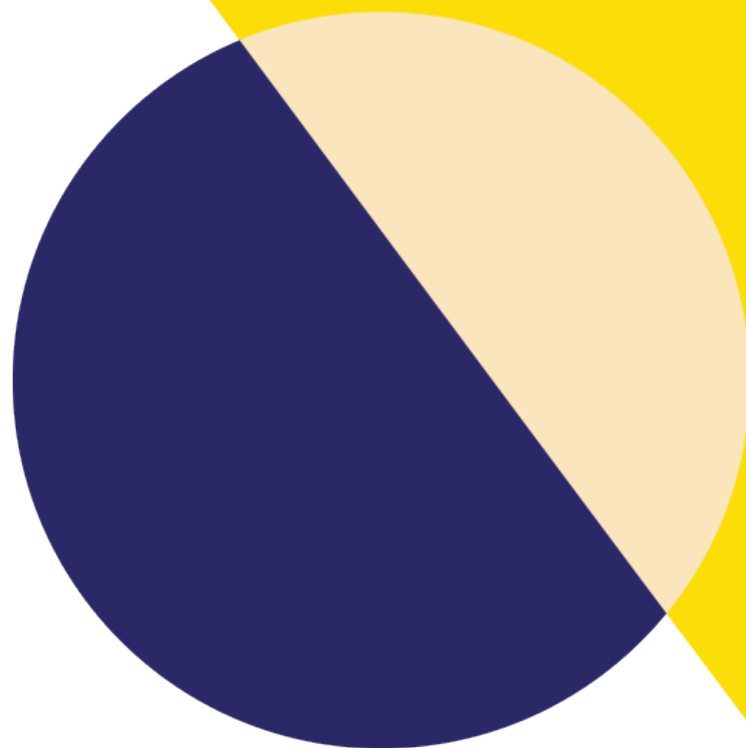
Gestão 2016 - 2018



Operações

O caráter amplo da atuação do Ministério Público é reunido nesta coletânea de operações realizadas nos 26 estados brasileiros, entre 2009 e 2017.

Nesse período, promotores e procuradores de justiça atuaram em diferentes áreas, como o combate à corrupção, ao tráfico de drogas e à sonegação de tributos. O Ministério Público também esteve presente na defesa dos direitos do consumidor, do transporte seguro e do meio ambiente, provando o papel crucial da instituição para a garantia de que os direitos do cidadão brasileiro sejam cumpridos.





Citrus

O Ministério Público da Bahia desmontou um grande esquema de desvio de dinheiro público que contava com a participação de agentes do primeiro escalão do governo municipal de Ilhéus.

O trabalho de promotores de Justiça do Estado comprovou que as empresas envolvidas receberam mais de R\$ 20 milhões decorrentes de contratações fraudadas com a Prefeitura Municipal de Ilhéus.

Parceria com o Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) e da Coordenadoria de Segurança e Inteligência (CSI) e suporte operacional da Polícia Civil, através do Departamento de Repressão e Combate ao Crime Organizado (Draco) e do Departamento de Polícia do Interior (Depin).

\\ Resultado:

- . 6 mandados de prisão cumpridos
- . 6 mandados de condução coercitiva
- . 27 mandados de busca e apreensão



Corcel Negro

A Operação Corcel Negro contou com a atuação dos Ministérios Públicos da Bahia e de Minas Gerais, em 2011. A investigação revelou um esquema que utilizava documentos falsos e empresas fantasmas para escoar madeira de desmatamento ilegal.

\\ Resultado:

DADOS (BAHIA)

- . 25 promotores de Justiça
- . 120 policiais rodoviários federais
- . 76 policiais civis
- . 50 agentes ambientais do Ibama
- . 21 mandados de prisão
- . 26 de busca e apreensão.

DADOS (MINAS)

- . 4 siderúrgicas embargadas
- . Mais de R\$ 55 milhões em multas
- . Mais de mil toneladas de ferro gusa apreendidas
- . 73 caminhões apreendidos
- . 3 mil metros de carvão apreendidos
- . 22 armas apreendidas
- . 39 prisões

MG Minas Gerais **BA** Bahia



Beira Mar

Em 2009, a operação Beira Mar foi realizada em São Paulo, Maranhão, Piauí e Ceará para coibir o tráfico de drogas.

A droga era transportada de São Paulo até Teresina escondida no fundo falso de uma Kombi. Ao chegar em Teresina, ela seria distribuída para outras cidades do Nordeste. No entanto, o automóvel foi interceptado ao entrar no Estado do Piauí.

Entidades envolvidas: O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado GECOC-CE do Ministério Público do Estado do Ceará e a Coordenadoria de Inteligência (COIN/SSPDS) em parceria com a Polícia do Piauí, através da Delegacia Especializada de Prevenção e Repressão a Entorpecentes (DEPRE), Comissão Investigadora do Crime Organizado (CICO) e do Grupo de Ações Táticas Especiais (GATE).

\\ Resultado:

- . 5 Prisões
- . 451 kg de Maconha
- . 26 kg de Crack
- . 9 kg de Cocaína



Fantoche

O Ministério Público do Espírito Santo combateu a sonegação em uma rede de lojas de brinquedos em Vitória, em 2011. Os produtos da empresa eram subfaturados e o prejuízo fiscal ultrapassava R\$ 10 milhões. Os empresários investigados são acusados de usar o nome de "laranjas" para abrir empresas fantasmas e sonegar impostos.

\\ Resultado:

Desarticulação de quadrilha que sonegou R\$ 10 Milhões

- . 17 Mandados de busca e apreensão
- . 13 Mandados de prisão temporária



Intocáveis

O Ministério Público do Rio de Janeiro desmantelou uma organização criminosa formada por políticos em cargos na Prefeitura e na Câmara dos Vereadores do município de Guapimirim, na Baixada Fluminense, em 2012. Durante quatro anos, os criminosos desviaram mais de R\$ 1 milhão por mês de recursos públicos, incluindo verba destinada à merenda escolar.

Ação realizada por agentes da Delegacia de Repressão às Ações Criminosas (Draco) e da Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública (Ssinte), em parceria com o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) do Ministério Público do Rio de Janeiro.

\\ Resultado:

Quadrilha desviou mais de 1 Milhão ao mês, de dinheiro público

. 11 pessoas indiciadas, sendo 3 vereadores



Poeira

Uma quadrilha de traficantes que agia em Atibaia (SP) foi desarticulada pelo Ministério do Mato Grosso do Sul em parceria com outras instituições, em 2012. A operação levou à apreensão de mais de uma tonelada de maconha escondida dentro de um caminhão boiadeiro, na BR-163, em Dourados. A droga tinha origem no Paraguai e seria transportada até Atibaia.

Parceria do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Dourados, em conjunto com o Gaeco de São Paulo e a Polícia Militar.

\\ Resultado:

- . 1 tonelada de maconha apreendida
- . 120 policiais militares envolvidos
- . 40 viaturas
- . 1 helicóptero



Eclésia

Uma parceria do Ministério Público do Amapá IMP-AP com a Polícia Civil do Estado, a Operação Eclésia revelou uma série de esquemas de corrupção dentro do Poder Legislativo do Amapá, em maio de 2012.

Foram investigadas ações de improbidade administrativa e ações criminais que apontavam desvio de R\$ 44,9 milhões de recursos públicos. Das 14 ações penais ajuizadas, nove foram recebidas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amapá. O MP-AP também realizou 19 mandados de busca e apreensão de documentos e equipamentos de informática na Assembleia Legislativa do Estado.

A operação envolveu cerca de 130 policiais civis, 22 delegados de Polícia e 25 viaturas.

\\ Resultado:

- . 49 ações, sendo 35 por improbidade administrativa
- . 14 ações penais



Fim da Linha

A partir de ataques como incêndio de coletivos e disparos de armas de fogo contra instituições públicas feitos em 2015, o Ministério Público do Acre iniciou a investigação que levou à organização criminosa responsável, denominada "Bonde dos Treze". A denúncia feita pelo Ministério Público foi encaminhada em 2016.

Tráfico de drogas, roubo, homicídio e porte ilegal de armas de fogo foram os principais crimes praticados pelos 165 indiciados, que atuavam também no Goiás e Bahia.

A organização foi criada em 2013 no interior do presídio Francisco de Oliveira Conde, pelos presos mais antigos, com o objetivo de evitar o crescimento de outras organizações criminosas de âmbito nacional que haviam se instalado no Acre no ano anterior.

\\ Resultado:

Maior operação em número de denunciados de fl agrada até então na história do estado de GO

- . 165 mandados de prisão
- . Apreensão de quantia em dinheiro, armas de fogo, drogas e veículos de luxo
- . 14 ações penais

Parceria do MP do Acre (GAECO) com a Polícia Civil.



Tuca

Durante 11 meses, o Ministério Público do Rio Grande do Sul investigou organização que traficava drogas da região do Campo do Tuca, em Porto Alegre.

A quadrilha também atuava em Santa Catarina. As investigações contaram com o apoio da Brigada Militar que acionou 750 homens para a operação, que foi concluída em 2009.

\\ Resultado:

- . 90 Mandados de busca e apreensão
- . 12 Mandados de prisão
- . 150 kg de cocaína e crack
- . 20 Veículos

Parceria com Ministério Público do Rio Grande do Sul e Brigada Militar.



Imperador

O Ministério Público do Mato Grosso atuou na Operação Imperador, em fevereiro de 2015, por meio do Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (Gaeco).

A investigação teve como objetivo desmontar a organização criminosa que desviou cerca de R\$ 60 milhões da Assembleia Legislativa do estado. A atuação dos envolvidos se dava por meio de falsas aquisições de materiais de expediente junto a cinco empresas de fachada.

A operação teve como alvo principal o ex-deputado estadual José Rivas, chefe da organização e presidente da Assembleia na época. O grupo responde por crimes de formação de quadrilha, peculato e lavagem de dinheiro.

O Gaeco de Mato Grosso é formado pelo Ministério Público Estadual e pelas Polícias Judiciária Civil e Militar.

\\ Resultado:

- . Denúncias contra 15 servidores públicos e empresários
- . Mais de R\$ 60 milhões desviados
- . Prisão do ex-deputado estadual e presidente da Assembleia de MT



Leite Adulterado

Soda cáustica e água oxigenada foram algumas das substâncias indevidas que a operação Leite Adulterado encontrou no leite de duas empresas, em agosto de 2014.

As companhias tinham sedes em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, funcionários e empresários adulteravam o leite para mascarar o número de bactérias, prolongar a vida útil e aumentar o volume.

As substâncias poderiam causar problemas gastrointestinais, diminuir o valor nutricional do leite e até conter metais pesados.

\\ Resultado:

- . 60 agentes mobilizados
- . 20 mandados de prisão
- . 11 mandados de busca e apreensão

Parceria com as Polícias Civil e Militar do Rio Grande do Sul, o Instituto Geral de Perícias do RS e o Serviço de Inspeção Federal (SIF) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

De fl agrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO) em Chapecó (SC), a operação mostra como o Ministério Público também serve para garantir a segurança do consumidor e proteger o cidadão dos crimes contra a saúde pública.



Kapnós

Duas quadrilhas que contrabandeavam cigarros falsificados em pelo menos sete estados do Nordeste foram debandadas pela Operação Kapnós, coordenada pelo Ministério Público de Alagoas em julho de 2016.

Os grupos também eram suspeitos de lavagem de dinheiro, falsificação de documentos e receptação qualificada - quando alguém recebe algo que sabe ser produto de um crime.

O contrabando de cigarros prejudica a sociedade, porque não há tributação dos produtos nem obediência às regras sanitárias e higiênicas determinadas pelos órgãos de fiscalização e controle.

Com operações como a Kapnós, o Ministério Público Estadual protege a saúde do consumidor e do trabalhador.

\\ Resultado:

- . R\$ 295 mil apreendidos
- . 2.930 caixas de cigarros apreendidas
- . 14 mandados de prisão
- . 29 mandados de busca e apreensão
- . 15 veículos, 1 lancha e 1 jet ski apreendidos

Parceria com a Polícia Rodoviária Federal e as Polícia Civil e Militar de Alagoas.



Fantasma

Dos 39 funcionários da Câmara Municipal de Itarema, 20 são fantasmas, segundo a investigação do Ministério Público Estadual do Ceará.

A Operação Fantasma apura crimes de estelionato, falsidade ideológica, falsidade de documento particular e peculato (desvio de dinheiro público) que ocorrem desde 2006. Em junho de 2017, a segunda etapa da operação foi de fl agrada. A Justiça decretou a prisão de 8 dos 13 vereadores de Itarema.

Os livros de ponto obtidos comprovam que várias pessoas recebiam salários sem comparecer ao prédio do legislativo municipal.

Alguns eram obrigados a repassar parte dos vencimentos aos vereadores. Outros prestavam serviços sem haver vínculo formal com a Câmara para mascarar a existência de nepotismo, ou seja, a contratação de parentes.

\\ Resultado:

- . 19 mandados de busca e apreensão
- . 32 mandados de condução coercitiva
- . 9 mandados de prisão preventiva
- . 8 vereadores presos e afastados

Parceria com a Polícia Civil CE e a Coordenadoria de Operações da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS).



Pró-Consumidor

A operação Pró-Consumidor fiscaliza \\ Resultado:

estabelecimentos comerciais e industriais em Tocantins. A iniciativa itinerante atua em casos como os de comércio ilegal de carne, venda de produtos vencidos, ausência de alvará de funcionamento, gás de cozinha irregular.

- . 9 estabelecimentos visitados
- . 624 itens apreendidos
- . 7 autos de infração da Vigilância Sanitária

Uma das operações recentes foi realizada em Natividade, em março de 2016, e fiscalizou supermercados e açougues. Foram apreendidos 231 kg de alimentos.

Parceria com Procon TO, Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins (ADAPEC) e Vigilâncias Sanitárias Municipal e Estadual.



Cooperare

A operação Cooperare investigou 17 prefeituras maranhenses suspeitas de fraudar licitações e desviar cerca de R\$ 170 milhões.

Segundo a investigação, as prefeituras emitiam licitações voltadas apenas para cooperativas com o objetivo de contratar uma cooperativa de fachada, que na verdade funcionava como uma empresa comum. Um pequeno grupo da empresa recebia quantias milionárias enquanto a maioria dos funcionários ganhava um salário mínimo mensal.

Divulgadas em dezembro de 2016, as investigações começaram depois que o Ministério Público verificou que a empresa aparecia como a mais contratada em prefeituras do estado.

\\ Resultado:

- . R\$ 38 milhões bloqueados
- . R\$ 27 mil apreendidos
- . 11 veículos apreendidos
- . 7 imóveis bloqueados
- . 15 contas bloqueadas

Parceria com a Polícia Civil MA e a Controladoria Geral da União.



Cupinzeiro

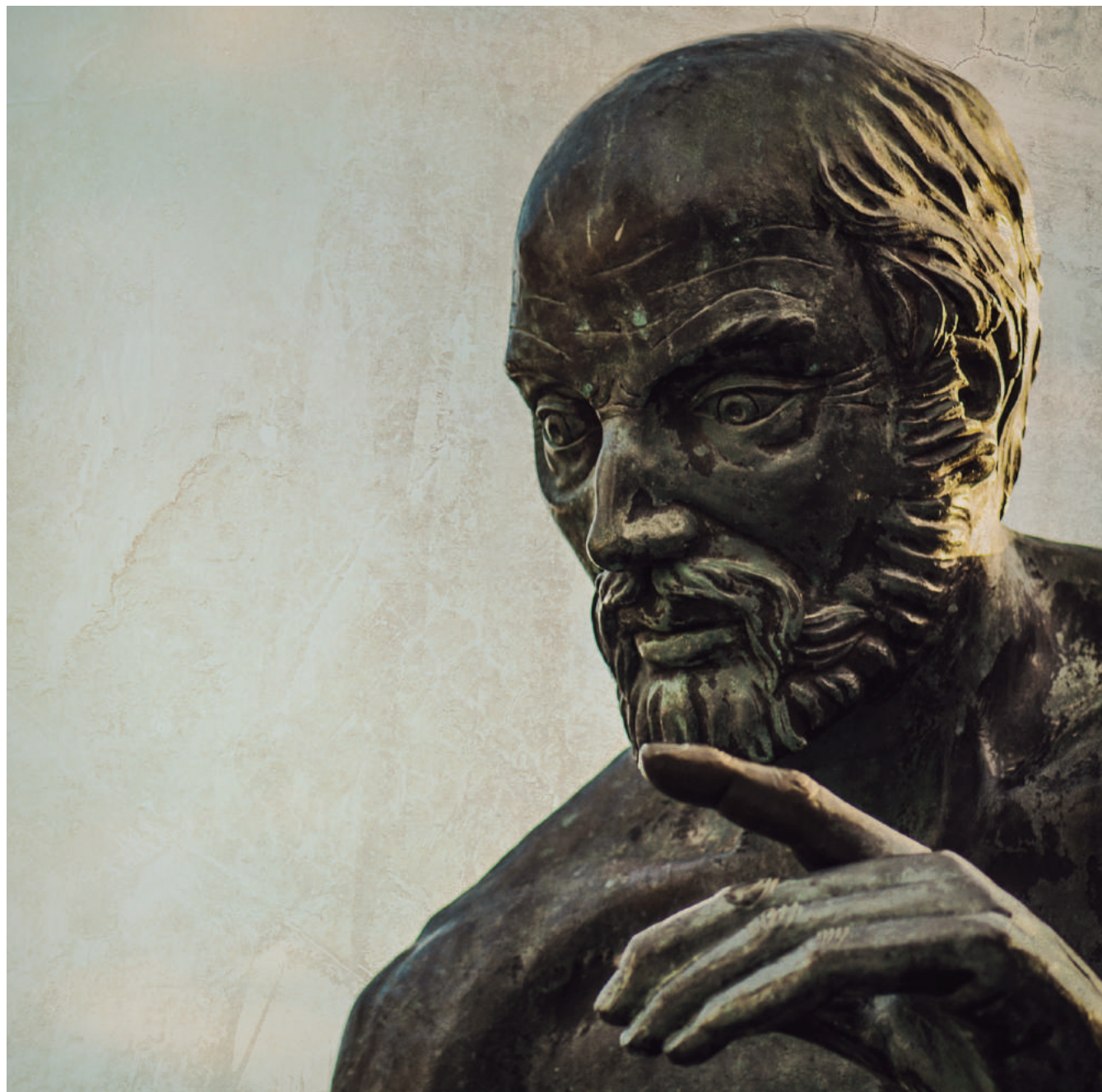
Em julho de 2017, a Operação Cupinzeiro revelou um esquema de transporte de madeira ilegal. A organização criminosa era formada por madeireiros, policiais rodoviários federais, caminhoneiros, um vereador de Itinga do Maranhão, fiscais da Secretaria da Fazenda do Pará e servidores da Secretaria do Meio Ambiente da cidade de Dom Eliseu (PA).

Os fiscais permitiam irregularidades ambientais, deixavam de recolher impostos e liberavam caminhões irregulares. Além disso, o grupo patrocinou depredação, furtos e incêndios em dezembro de 2015 em Dom Eliseu, como retaliação à Operação Temática de Combates a Crimes Ambientais na região. Na época, rojões, foguetes e pedras foram lançados na direção de agentes federais da operação depois da apreensão de nove caminhões de madeira ilegal.

\\ Resultado:

- . 9 mandados de prisão preventiva
- . 8 mandados de prisão temporária
- . 11 mandados de condução coercitiva
- . 27 mandados de busca e apreensão

Parceria com Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Ministério Público Federal.



Hipócrates

Uma quadrilha formada por médicos e um vereador extorquiu R\$ 5 milhões de pacientes da rede pública de saúde em cinco cidades de Pernambuco: Caruaru, Agrestina, São Caetano, Tacaimbó e Recife. O grupo atrasava o atendimento em hospitais públicos para pressionar os pacientes a pagar pelos procedimentos, chegando a submetê-los a cirurgias desnecessárias na rede privada.

O esquema foi revelado em dezembro de 2015 pela operação Hipócrates, uma referência ao filósofo grego considerado o "pai da medicina". Em julho do ano anterior, o Ministério Público de Pernambuco recebeu denúncias e requisitou à polícia a instauração do inquérito. O MPPE também acompanhou as investigações.

\\ Resultado:

- . 9 mandados de prisão
- . 2 mandados de condução coercitiva
- . 16 mandados de busca e apreensão

Parceria com a Polícia Civil PE



Infiltrados

Um concurso público para agente da Polícia Civil realizado em 2012 no Piauí foi fraudado por uma quadrilha, segundo investigação conduzida durante a operação Infiltrados.

O grupo, revelado em maio de 2017, era formado por policiais que estavam em exercício e haviam sido aprovados no concurso, e pessoas que os ajudaram na fraude, entre elas um acadêmico de medicina.

Atuação da Central de Inquéritos de Teresina, do Tribunal de Justiça do Piauí.

\\ Resultado:

- . 23 mandados de prisão
- . 28 mandados de busca e apreensão

Parceria com as Polícias Civis PI, CE e PE e a Diretoria de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública.



Transporte Escolar Seguro

Na operação Transporte Escolar Seguro, o Ministério Público da Paraíba encontrou veículos que estavam sem autorização para transporte escolar ou com motoristas sem cursos especializados para transporte de passageiros, em junho de 2017. Extintor de incêndio em mau estado de conservação e veículo sem faixas refletivas foram outras irregularidades encontradas pelo MPPB.

Como a fiscalização foi feita durante a noite, os passageiros eram estudantes universitários. No entanto, alguns dos que estavam nos ônibus não eram estudantes, prática proibida.

\\ Resultado:

- . 12 ônibus escolares fiscalizados
- . 16 autos de infração

Parceria com a Polícia Rodoviária Federal (PRF) e o Departamento de Estradas de Rodagens da Paraíba (DER-PB)



Collaris

De fl agrada pelo Ministério Público de Roraima em maio de 2012, em parceria com a Polícia Federal, a Operação Collaris desarticulou um esquema fraudulento na folha de pagamento da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

\\ Resultado:

. 6 pessoas denunciadas

Parceria entre MP Roraima e Polícia Federal

Conforme as investigações, as fraudes ocorreram entre os anos de 2010 e 2011, e consistiam em incluir nomes de servidores temporários na folha de pagamento do município. Alguns deles não tinham qualquer vínculo com a prefeitura ou sequer compareciam ao local de trabalho.



Esculápio

Esculápio, deus grego da medicina e da cura, foi o nome escolhido para batizar a operação que investiga o desvio de verba pública em unidades de saúde de Foz do Iguaçu (PR). Entre 2014 e 2015, 30 dos valores pagos por plantões médicos foram desviados. A estimativa é do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do MP-PR.

A operação, cuja segunda fase foi de fl agrada em julho de 2017, levou ao indiciamento de quatro empresas que prestavam serviço terceirizado de plantão médico e mais de dez servidores da secretaria da saúde.

\\ Resultado:

- . 2 mandados de prisão cumpridos
- . 8 mandados de condução coercitiva
- . 12 mandados de busca e apreensão

Parceria do núcleo de Foz do Iguaçu do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público do Paraná, com agentes de todos os núcleos do Gaeco no estado (Curitiba, Londrina, Maringá, Guarapuava, Cascavel e Francisco Beltrão) e dos núcleos do Gaeco de Joinville e Itajaí, em Santa Catarina.



Cangueiros

O termo "cangueiro" no Nordeste é usado para definir pessoa que dirige mal. Em setembro de 2012, o Ministério Público do Rio Grande do Norte realizou a Operação Cangueiros, na cidade de Mossoró, para desarticular quadrilha suspeita de fraudar carteiras de habilitação.

\\ Resultado:

- . 11 mandados de prisão
- . 17 mandados de busca e apreensão

Parceria com a Polícia Rodoviária Federal.



Rêmora

Conduzida pelo Ministério Público de São Paulo, a operação Rêmora revelou um esquema de jogos de azar, lavagem de dinheiro e corrupção de agentes públicos em Piracicaba (SP), em outubro de 2017.

As investigações começaram no fim de 2016. Os promotores descobriram o esquema por meio de interceptações telefônicas. O grupo teria movimentado mais de R\$ 40 milhões em cinco anos.

\\ Resultado:

- . 10 mandados de prisão preventiva
- . 26 mandados de busca e apreensão
- . Um delegado e um policial civil afastados

Parceria com policiais das Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rota) da Polícia Militar do Estado de São Paulo.



Maus Caminhos

Entre 2014 e 2015, R\$250 milhões destinados ao Fundo Estadual de Saúde (FES) de Amazonas foram desviados. O valor corresponde a aproximadamente 27 do total dos recursos destinados ao fundo.

O esquema foi revelado graças à operação Maus Caminhos, conduzida pelo Ministério Público de Amazonas, em maio de 2017.

As fraudes nas licitações eram realizadas por meio de uma organização social cujos fornecedores eram comandados pela mesma pessoa física. A organização possibilitava que as empresas fornecedoras prestassem serviços ao Estado sem se submeter a licitação. A operação também identificou superfaturação na prestação de serviços.

\\ Resultado:

- 13 mandados de prisão preventiva
- 4 mandados de prisão temporária
- 3 mandados de condução coercitiva
- 40 mandados de busca e apreensão
- 24 de bloqueios de bens
- 30 de sequestros de bens

Parceria com Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU), Polícia Federal, Ministério Público Federal e Receita Federal.



Zagreu

Em dezembro de 2014, a operação Zagreu revelou um esquema de desvio de verbas sob o pretexto da realização de supostos eventos festivos públicos.

O Ministério Público de Rondônia investigou a quadrilha que direcionava emendas parlamentares para entidades de terceiro setor, que funcionavam como laranjas. O grupo praticou falsidade ideológica, peculato, advocacia administrativa, entre outros delitos.

\\ Resultado:

- . 3 mandados de prisão
- . 6 mandados de busca e apreensão

